

# A Descolonização dos Ecrãs

## Conversa com Américo Soares

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.49.5>

Diana Manhiça

Mar Shopping, Vila Nova de Gaia, julho de 2017

Numa entrevista rara, um dos obreiros do projeto do Instituto Nacional de Cinema (INC) e que foi o seu primeiro diretor, Américo Soares (1952 – 2021), partilha as memórias da sua juventude na então Lourenço Marques, a sua aproximação ao cinema e os anos revolucionários em que fez parte do movimento político e social que instituiu o cinema como um instrumento ao serviço da criação do “homem novo”, em Moçambique. Esta conversa, cheia de parêntesis emocionados, pode ser lida como uma crónica sobre a criação de infraestruturas de cinema no pós-independência de Moçambique, o plano estratégico para o cinema, os jogos de inteligência com o poder e a desilusão. A leitura do testemunho que aqui se publica é imprescindível para todos os que quiserem compreender a história do cinema em Moçambique e aponta inclusivamente perguntas que estudos futuros devem fazer. Américo Soares viveu em Portugal a última fase da sua vida, onde foi entrevistado, por Diana Manhiça.

---

Diana Manhiça, Museu do Cinema em Moçambique, Maputo, Moçambique <https://orcid.org/0000-0003-4640-5233> [diana.manhica.27@gmail.com](mailto:diana.manhica.27@gmail.com)

*Como citar:* Manhiça, D. (2022). A descolonização dos ecrãs: Conversa com Américo Soares. In A. C. Pereira & R. Cabecinhas (Eds.), *Abrir os gomos do tempo: Conversas sobre cinema em Moçambique* (pp. 59–88). UMinho Editora; Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.49.5>

**Américo Soares (AS)** — Eu nasci na antiga Lourenço Marques, no ano de 1952. Tive poliomielite. Na altura que não havia vacinas, ainda hoje sou vítima dessa mesma situação. Não reclamei da vida, como ainda hoje não reclamo. A situação é esta, vivo e luto para sobreviver.

Desde pequeno que aprendi, muito rapidamente, na vivência da rua, quando menino, que havia vários tipos de pessoas. Havia os brancos de primeira, havia os brancos de segunda e havia os outros, que a sociedade colonial metia no mesmo saco, porém, em gavetas diferentes; desde o negro ao indiano, com o chinês no topo. Isto nos anos 50. Nos anos 60, a história repete-se. Começa a Guerra Colonial e começa lentamente a despertar algum sentido de questionar porque é que havia tropa, numa cidade que era pacata, que era em tudo sossegada. Dá-se realmente um desenvolvimento económico inusitado, como forma de travar o avanço da guerrilha. Na altura, a Frelimo [Frente de Libertação de Moçambique] dominava completamente a situação ao norte do país. Nas populações do sul, nomeadamente na capital da província do Estado, da colónia — chamem-lhe como quiserem, aquilo teve vários nomes — houve, nessa altura, uma certa ideia de questionar a situação; havia as notícias, quando a guerra começou. Já nos anos 70, a guerra foi tomando proporções que era impossível ignorar que ela existia, até porque nós assistíamos à chegada de batalhões de tropas que vinham de Portugal, para as frentes de combate. Esse período obviamente gerou uma clivagem entre aqueles que eram curiosos e os da situação [alinhados com o regime colonial].

Dentro dessa classe de brancos de primeira e brancos de segunda, os brancos de Moçambique, os que nasceram lá, não queriam mesmo ir à guerra, não entendiam que a guerra fosse sequer necessária e os coitados que não tinham nascido lá e que iam de Portugal não tinham a mínima noção do que iam fazer. Era uma guerra de cúpulas, era uma guerra de interesses, em que o povo de um lado e do outro não tinha nada a ver com nada. Embora saibamos que a opressão do colono era uma evidência, quer dizer, não vamos branquear esta situação, e que havia a revolta íntima e intrínseca dessa situação.

Eu, com os meus 17, 18 anos, o meu triciclo motorizado, à frente do antigo café Pigale, na 24 de Julho, salvo o erro, estava a tomar

um café, e vi a Associação dos Naturais de Moçambique. Na altura, eu tinha moletas e aparelhos ortopédicos, subi as escadas e procurei saber o que era aquilo. A história começa um bocado aí. Frequentava também o Cineclube de Lourenço Marques, e, portanto, já estava com o viciozinho do cinema. Um cinema muito rebuscado do Ingmar Bergman, enfim, cinema...

### **Diana Manhiça (DM) – Intelectualizado...**

**AS** – Intelectualizado. Fui bater à porta da Associação dos Naturais de Moçambique, e lá, por acaso, encontrei uma senhora que estava a trabalhar, a dona Idalina, e eu na conversa tentei saber com quem poderia falar, para saber se poderia ser útil em alguma coisa. O meu objetivo era arranjar qualquer coisa para me entreter e realmente isso aconteceu. Ela deu-me o contacto e apareci, numa das segundas-feiras de reunião, a uma das reuniões da Associação dos Naturais de Moçambique, os naturais brancos, convenhamos, porque havia a Associação dos Africanos, já no fundo da Pinheiro de Chagas, hoje 24 de Julho.

Nessa altura, eles tinham, na Associação dos Naturais de Moçambique, um jornal que saía de vez enquanto. Era um semanário que saía de vez em quanto. Feito por carolas, o Adriel Rodrigues, o Engenheiro Homero Branco, o Eugénio Lisboa, a Maria de Lourdes Torcato... reuniam às segundas-feiras, para ver quais os artigos que cada um ia trazer, trocar opiniões, e também para alegremente ir cavaqueando sobre isso e para trocar notícias sobre a voz da revolução. Ou seja, lá ouvia-se a rádio da revolução, a Voz da Frelimo.

### **DM – Escondidinhos...**

**AS** – Escondidinhos, como é óbvio... Atrevido, perguntei se eu podia ajudar em alguma coisa e eles atrevidamente disseram-me: “porque não?”. Passei a frequentar a associação, com carácter regular. Havia lá um suplemento de jovens, faziam ali a maquetização e escreviam. Eram jovens, mas com uma outra filosofia de interpretação do mundo totalmente diferente daquela que eu trazia. Eu e o amigo

Gilberto Van, que faleceu. Eles ainda estavam na história do Lopes Arando, enfim do misticismo e eu fui para lá com marxismo, quer dizer, não tinha nada a ver uma coisa com a outra. Deu-se uma primeira revolução ali dentro, e eu tomei conta do poder, digamos assim. Portanto, a minha corrente, mais materialista, mais objetiva, acabou por vencer. Eu lembro deste episódio engraçado: os dois primeiros artigos que eu mandei para censura foram chumbados, o meu pai orgulhava-se muito disso. Com o carimbo: “censurado”. É o meu maior orgulho, sinceramente. Um deles – o Almirante Rosa Coutinho, na altura vivia lá e tinha patrocinado, no Clube Naval, a compra de um barco, do “Adamastor”, um barco de catamaran. Eu escrevi que aquilo era um desperdício de dinheiros, porque era preferível comprar uns barcos pequenos, para a escola de vela, para educar as pessoas na vela, nós que éramos um povo de navegantes. Pomba... chumbado. E eu disse, “eh pá, eu estou tramado, como é que vou escrever?” [voltando à história sobre o percurso na Associação dos Naturais de Moçambique]. Eu tratei de ser o chato que provocou reuniões periódicas e mais organizadas do grupo que escrevia, às segundas feiras, e passava a vida a telefonar a pedir o jornal. Porque eu tinha como meta criar regularidade, tornar o jornal semanário. Fiz ali uma marosca de marketing que deu um resultado interessante. Desculpa não tem nada a ver com o cinema, mas é onde as coisas nascem, nascem desta massa, desta cultura.

### **DM – Claro...**

**AS** – O que fiz? Perguntei aos colegas da redação do jornal se tinham familiares, de preferência loirinhos, para irem vender o jornal. Eram os ardinias brancos. E quem é que não achava graça, naquele Scala, quem é que não achava graça, no Continental, nas grandes esplanadas do Princesa, enfim... a comprar um jornal a um loirinho de olhos azuis, a um branquinho da costa? Todos compravam o jornal [risos]. Portanto, aquilo teve um efeito, de marketing engraçado. O jornal passou a ter alguma regularidade e obviamente o Engenheiro Homero Branco, que era o diretor da associação, achou a coisa interessantíssima, porque começou a ver algum dinheiro. Eu sou muito prático, quer dizer, há dinheiro e as coisas aparecem, não há dinheiro e a gente fica a chorar. Não há hipótese, sem dinheiro

não se faz coisa alguma. A forma como se usa é que é diferente. Bom, num famoso dia 10 de junho, do ano da graça de 1973...

### **DM – Isso é uma data mesmo...**

**AS** – 10 de junho, era o dia da raça. Na altura do colonialismo, era consagrado ao dia da raça, depois mudaram-lhe o nome. E então, entretanto tinha sido pomposamente nomeado chefe de redação, ora eu mal sabia escrever, ainda hoje sei escrever mal. Sei escrever pouco, mas pronto, no fundo eu era o *office boy* [rapaz do escritório] deles. Chegámos a entrevistar o Mário da Graça Machungo, numa mesa redonda, sobre a economia e – isso deve existir nos arquivos da *Voz de Moçambique* – fizemos coisas interessantes. Nesse dia 10 de junho, nós viemos para as bancas, com uma fotografia, na primeira página toda do jornal, com todos os miúdos perfilados na posição de saudação nazi. Eu usei o hino da mocidade portuguesa que era: “lá vamos cantando e rindo levados, levados, sim, pela voz do som tremendo, das tubas”... só que eu fiz isto: “lá vamos cantando e rindo levados, levados, sim, reticências”. Aquilo caiu nas garras da PIDE [Policia Internacional e de Defesa do Estado]<sup>1</sup>. O diretor [da associação] deu-me uma cobertura fantástica, homem extraordinário o Homero Branco. Aguentou-se à bala, questionado pelo governo, foi chamado ao governador, que na altura era, ou julgo que era, não sei, o Baltasar Rebelo de Sousa, que era o pai do atual presidente da República Portuguesa. Era o governador geral em Moçambique, e aquilo foi mais um puxão de orelhas e ficou por isso mesmo. Comecei a ver que naquele espaço eu não queria ficar, tinha que sair. Comigo estava um grupo de alguns indivíduos, com quem trabalhava, daquele grupo que vinha do misticismo, que se converteu ao marxismo, ao materialismo histórico e dialético. Estudámos *O Que Fazer* de Lenine e *O Capital* de Carl Marx.

### **DM – Estudaram e fizeram...**

---

<sup>1</sup> Foi a polícia política portuguesa entre 1945 e 1969, responsável pela repressão de todas as formas de oposição ao regime político vigente.

**AS** – E fizemos. Nós decidimos que eles não queriam ir à tropa e eu não queria ficar lá, então reunimos com a família, cada um com a sua... Vamos embora para Portugal, depois daí para Suécia. E isso aconteceu, foi uma situação caricata, muito caricata. O barco esteve parado 4 horas. Nós tínhamos roubado alguns livros de história colonial de Moçambique, da associação. Porque achávamos que era interessante entregar à Frelimo. Livros sobre diplomas legais, despachos, coisas de muito interesse histórico. Nada de valor, não havia valor nenhum a não ser histórico, para quem tivesse interesse naquele material para estudar. Que era o nosso objetivo, estudar o colonialismo português em Moçambique. E aquilo estava tudo encapado, eram livros muito bonitos. Ou estávamos a ser vigiados por causa da Voz da Frelimo, ou por qualquer outra razão, nós quando entrámos [no barco], já estávamos a ser observados pela PIDE. Quando eu entro, fui o último a subir as escadas, na cadeira de rodas, para o navio, nós não saímos mais. Rebuscaram o camarote, o barco esteve parado muito tempo, só com o telefone ligado. E o rebocador à espera.

Dizia um amigo do meu pai, que me arranjou a passagem por um preço mais em conta: “eh pá... o que o teu filho fez, terroristas a bordo, não sei... vai dar um prejuízo enorme... porque a companhia vem sobre mim”. Era a última viagem do navio Império. E nós quando libertaram o navio, fomos para o nosso camarote, na 3.<sup>a</sup> B, a mais barata que havia, já ficávamos abaixo do nível do mar. Chegou a hora da refeição, estás a ver aquele ruído de refeitório, dos talheres? Quando nós aparecemos ficou um silêncio; éramos uns terroristas.

**DM** – Mas eram todos uns miúdos...

**AS** – Éramos uns miúdos, tínhamos 17, 18, 19 anos! Nenhum de nós tinha 20. Éramos uns miúdos, mas éramos terroristas, levávamos armas a bordo. Não levávamos nada! Levávamos um caixote de livros, que ficou lá.

Vimos para Portugal e daqui começámos a preparar a retirada – e estou agora a ultrapassar várias fases – e tentámos sair por Vilar Formoso, de comboio. Chegámos a Vilar Formoso e eu fiquei na

carruagem, o Gilberto Van, o Luís Patraquim, e o Mário Fernandes, saíram para tomar um café na estação de Vilar Formoso. Quando entram, eu lembro disso como se fosse hoje, os altifalantes da estação, o funcionário da estação: “o comboio com destino a..., parte às 09h27” – o último a entrar foi o Mário, e entra atrás dele um fulano vestido de branco, com um emblema no peito. O Mário está a fechar a porta, que era de correr, e ele está a abrir: “os senhores Américo Soares da Silva Leite, Luís Carlos Patraquim, Mário José Fernandes..., lamento imenso, mas não podem abandonar o país”. Estava no nosso camarote um emigrante económico em França, que disse: “oiça, mas estes só têm uma cadeira de rodas lá no furgão”, “o comboio espera o tempo que for preciso. Se você fala muito ainda fica também”. O tipo tirou o bilhete e nunca mais o vimos. Ficámos na estação e o comboio seguiu para França.

### **DM – Mas não houve tensão nenhuma? Vocês apenas ficaram...**

**AS** – Não, não, eles não sabiam o que iam fazer connosco, eles não tinham provas e precisavam de ficar à espera e apanhar alguma coisa. Quando nós ficámos na pensão fomos abordados por várias pessoas para ver se nós pagávamos para dar o salto. Eu tive uma reunião com o Patraquim e com o Mário, e disse: “isto é uma emboscada”; na hora que nós cometermos algo ilícito, eles prendem-nos e aí têm toda razão, toda a razão entre aspas, têm um motivo. Também não era um Estado de direito, mas a coisa funcionava mais ou menos assim...

Voltámos a Lisboa e esgotámos mais recursos, que nós conseguimos através da venda de artesanato moçambicano na zona de Cascais. Vínhamos cheios de artesanato – timbilas, tambores... Acho que fomos os primeiros vendedores do mundo, dos muitos que há por aí agora. Fomos os primeiros, com a diferença que éramos brancos. Vendemos logo o nosso stock, fizemos logo um dinheirinho, que deu para a viagem. Mais tarde, semanas ou meses depois, segunda tentativa. Eu fiquei em Lisboa; disse, “eu, por Vilar Formoso não vou tentar nada”. E eles apreenderam os passaportes a quem foi. Depois deram-lhes de volta, na António Maria Cardoso, que era a sede da PIDE. Depois fizemos um plano de passar por Barrancos. Mandámos um indivíduo que era mais novo, que hoje é médico, na Suécia. Esse

não regressou, ficou lá, que era o Jorge Patraquim. Ele foi incumbido, por nós, de tirar fotografias à zona fronteira de Barrancos. Para evitar que nós fôssemos lá. Ele foi. Tirou e verificámos pelas fotografias que Barrancos era, na altura, uma fronteira desativada, portanto, não tinha posto fronteiro, mas havia fronteira. Havia uma pontezita e depois dava entrada em Espanha. Decidimos em conjunto que era por lá que passávamos. Eles saltando a fronteira e eu iria tentar passar pela estrada. Bom, aquilo tem uma descida, Barrancos fica no morro, tem uma descida até ao riozinho que circula ali, eu desliguei a moto, o triciclo motorizado, e fui em inércia até à ponte, sem barulho, mas naquela altura a sensação é que tu ouves tudo, tudo, tudo... Os teus sentidos estão todos para ver o que é que se passa... O problema não foi na fronteira portuguesa, porque ali se me apanhassem, apanhavam. Foi na fronteira espanhola, que ficava em cima da tal pontezita. O posto fronteiro e o emblema de não passar estava amarrado numa corda de ferro, daquelas correntes... que estava, por sua vez, atada com arame, na ponta. Eu tive que ir para o chão desembrulhar aquilo, porque a mota não passava; a parte de trás da mota, do encosto, ficava mais alta do que a curvatura da corrente. Eu aí fiz um esforço danado, mas consegui passar, liguei a mota e pus-me a andar. A localidade a seguir fica longe, a estrada hoje é alcatrão, naquela altura era areia. Do lado português ainda era saibro, mas do lado espanhol usava-se areia, eles eram mais pobres do que os portugueses, nessa altura. E aquilo foi o cabo das tormentas para chegar lá acima. Depois, fui parar a Málaga, ou seja, passei por Sevilha, fiz 800 e tal quilómetros, coisa maluca, sozinho.

**DM – Os outros não estavam contigo...**

**AS –** Não, porque os outros iam à boleia. Saltaram a fronteira, andaram perdidos completamente. Marcámos o encontro em Barcelona, na Praça da Catalunha. Coisa linda, coisa linda mesmo. De Málaga ainda vim um bocadinho para trás e fui dormir a Torremolinos, na praia, saco-cama na praia, e aquilo não era areia, são calhaus. O que é verdade é que depois dali, fui aos bocados, fui para Alicante, Valência... Cobri essas cidadezinhas todas, já andava 200 quilómetros por dia, porque aquela esticada foi muito... Até

chegar a Barcelona, à Praia da Rosa, parei para encontrar-me com eles na Praça da Catalunha. Lembro-me de estar no meio da Praça da Catalunha a lubrificar – tirar a sujeira do carburador, do motor, da minha motoreta – e vinha um polícia “não pode estar aqui”, um espanhol, um catalão. Eu ok, dava mais uma volta e voltava a parar. Porque eu não me encontrava com eles...

**DM – Pois, tinhas que ir sempre ao local combinado...**

**AS** – Durante a viagem, eles foram mais rápidos e perdemo-nos. E agora o que fazer? Numa atitude já de desespero... sete grandes avenidas que vão ali bater naquela rotunda... eu pego numa à toa, já estava desesperado e quando pego uma das sete, encontro duas figuras com casacos... Eu chamo-lhe “duas albardas”, dois casacos alentejanos, muito feios... Bom, conseguimos naquela altura dos hippies, não passar despercebidos. Chamávamos a atenção, mesmo a atenção. E aquilo foi uma alegria, não tem explicação. O encontro. O reencontro. E isso na Praça da Catalunha, em Barcelona. Pronto e dali fomos galgando no terreno, dormindo em estações de serviço. Eles à boleia, sempre à boleia e eu de motoreta.

Eu tenho um certo respeito, eu tenho muito respeito e rancor aos alemães. E isto começou não por causa da guerra, porque eu não sou desse tempo, mas porque quando eu quero passar para Dinamarca, para fazer ligação para Suécia, entro um pouco no território, um enclave, dos alemães e na fronteira não me deixaram passar. Eu vou para lá, eu vou para a Dinamarca, não tenho culpa que a Alemanha esteja aqui no meu caminho; aquilo deu conversa e conversa, eu ia pela autoestrada vinha a polícia mandavam-me parar – isso é lógico, eu não podia andar em autoestrada porque era um triciclo – mas incomodavam-me. Até que há um deles, que vem patenteado, que eu vi pelas divisas, para explicar num inglês foleiro, pior que o meu, que eu tinha que passar a outra fronteira que dava ligação à Dinamarca, e de lá eles tinham que telefonar para ele.

**DM – Para confirmar que não ficavas na Alemanha.**

**AS** – Nunca por razões políticas. Foi por causa da emigração económica, como é óbvio. Pronto e eu passei, eu queria era chegar à Suécia. E assim foi. Na Suécia, deram-nos asilo político, em 6 dias.

**DM** – **O período que ficaram na Suécia, foi mais ou menos de quanto tempo?**

**AS** – Foram quase 2 anos. Porque, entretanto, dá-se o golpe de estado. Arranjaram-me emprego, deram-me a preparação para as primeiras palavras de sueco, numa escola fabulosa que ficava a alguns quilómetros de Estocolmo. Eu ali tive o primeiro contacto com o mundo a que eu aspirava, porém, da literatura que eu lia e daquilo que eu seguia, eu disse “o comunismo não é propriamente isto”, mas se nós lermos com atenção – isto é o que eu defendo – Karl Marx nunca disse que o salto seria de uma sociedade, de um modo de produção camponês para o modo de produção comunista. Tínhamos que esgotar todo o modo capitalista, porque aí é que tu terias as condições para depois poder fazer a distribuição da riqueza. Coisa que, de algum modo, aconteceu na Suécia. Quer dizer, a Suécia já tinha uma produção de riqueza de tal modo excedentária que dava para distribuir bem e mal. Isso é já outra história. Ora, sem riqueza, não distribuis. Primeiro tens de criar a riqueza e depois tens de saber a forma justa e equitativa de a distribuir.

**DM** – **Como é que era a vossa vida na Suécia?**

**AS** – Era uma vida bacana. De estudo. De autoestudo. Eu e o Patraquim éramos membros do cineclube de Estocolmo, éramos muito assíduos. Ficava perto da Rádio Suécia. Nós tínhamos proteção, porque tínhamos casa paga pela assistência social sueca, a gente chamava-lhe a “mãezinha sueca”. E ao mesmo tempo arranjavam-nos local para trabalhar. Trabalhei na Ericsson, numa linha de montagem. Por acaso, o departamento da emissão em língua portuguesa da Rádio Sueca, achou por bem introduzir um elemento com uma pronúncia mais portuguesa do que a dos brasileiros que lá estavam, porque era, emissão em língua portuguesa para África. Fui trabalhar para a rádio. Um dia vi um telex relativo a Portugal – “golpe em Portugal” – tentei ver o que se passava, reuni com a malta toda. Não parámos mais.

Eu fui para a Suécia de triciclo e voltei a Moçambique de Volvo. Sem pagar um tostão. A diretora da escola onde eu aprendia sueco, perguntou-me se eu gostaria de tirar a carta de condução. E eu disse que sim, claro, porque haveria de dizer que não? Então fui para um sítio paradisíaco, a norte de Estocolmo 200 quilómetros. Foi dos momentos mais agradáveis da minha vida. Passei o exame e depois fui para uma reunião, com o diretor da escola, à volta de uma mesa, sem ostentação nenhuma; eu admiro aquele povo, admiro e estou-lhes grato, como é óbvio. Eles entregaram-me a chave de um Volvo, último modelo, na altura. Depois, foi-me autorizado sair, com aquele carro, vindo com a malta toda; estrada fora, outra vez, a fazer o percurso ao contrário, até Portugal. Depois, mandei-o de barco para Moçambique. Tinha um carro igual ao do governo. Porque o governo sueco deu, na altura da independência, uma frota de Volvos brancos, ao governo moçambicano. Bonitos, carros bonitos. Então, para o povo, eu fazia parte da estrutura, porque me deslocava num veículo idêntico, porém de cor verde. Por isso é que eu entrei e assisti ao arrear da bandeira portuguesa e ao hastear da bandeira moçambicana, no estádio da Machava. Ninguém se meteu comigo, por causa do Volvo. Assisti em primeiro plano. Lembro-me desse dia perfeitamente, com muito orgulho, como não podia deixar de ser. Era o sonho dos sonhos. Criação do “homem novo”. Se tu pegas nisto e juntas com a teoria marxista, tu começas a ver que a tua vida tem razão de ser. Tu tens que ajudar a criar o “homem novo”. Eu não sabia como. O José Luís Cabaço telefona-me...

### **DM — Isso foi quando, 75?**

**AS** — Já estamos depois de 75... Não, estamos ainda no governo de transição. Estamos ainda no governo de transição da Frelimo, já tinham sido feitos os acordos de Lusaka, e o José Luís Cabaço telefona-me, estava eu no café Djambo, bebendo café e conversando com os amigos, e chamaram-me para ir ao telefone. E o José Luís Cabaço perguntou-me, “oh Necas” — era assim que me tratavam — “tu não queres trabalhar, não queres fazer nada?”. Eu disse “claro que quero e fazer o quê, o que eu vou fazer?”, “vem ter comigo aqui ao Ministério da Informação”. E ele meteu-me no Gabinete de Estudos do Ministério da Informação. E numa reunião — as coisas são o que

são, esta é que é a verdade, eu tanto poderia ter ido parar ao livro ou ao disco... à publicidade não porque era o José Freire que era um designer, era mais de desenho, e então sobrava o cinema. Portanto, era das competências do ministério, por determinação do governo, tratar do livro, do disco e do cinema, da propaganda e publicidade. E numa reunião do conselho consultivo do ministério perguntaram quem é que queria ficar com o cinema e eu ofereci-me logo. Já tinha aquela história do cineclube, mais o cineclube em Estocolmo. Pronto está decidido, “tu ficas com o cinema”, isto no governo de transição, “vais começando a estudar legislação, o que é que se deve fazer e apresentas-me o relatório quando eu te pedir”. “E tu vais ficar com o livro e o disco”, que era o Matola, “e tu vais ficar com...”.

**DM – Então, o Matola esteve primeiro no livro e o disco?**

**AS** – Sim, o Ismael Matola que me sucedeu [no INC], primeiro passou pelo livro e o disco. Qual era a estrutura que existia no cinema de Moçambique no período colonial e no governo de transição? Era o Centro de Informação e Turismo – havia um gabinete, uma sub-sessão, que pura e simplesmente existia para ter lá um funcionário, porque a política do cinema vinha toda da metrópole. Ali era um registo, para certificar os boletins do registo de importação, os BRI [boletins do registo de importação]. O que é que eu faço? Começo a reunir documentação das diferentes embaixadas, a legislação de cada país, para ver aquela que nós poderíamos seguir; a portuguesa, brasileira, francesa... Só não fui para a chinesa porque não sabia ler e também não estava para aí virado, mas destes países, sim, comecei a ler. E optei por uma estratégia – um gravador como estes – e convoquei os homens que trabalhavam na distribuição e na exibição, o Manuel Rodrigues, que tinha os cinemas Manuel Rodrigues, um representante da Kinoecorque que só apareceu uma vez, um representante dos cinemas Dicca, o Courinha Ramos, o Eurico Ferreira... Nessas reuniões, eu disse: “agora falemos do cinema, que eu estou incumbido de criar aqui alguma coisa para que o governo entenda o que deve fazer com o cinema”. Deixei-os falar e falaram, falaram, falaram. O que eles queriam era os BRI aprovados com mais facilidade. Eu achei aquilo, uma graça dos diabos, prometi-lhes mundos e fundos que era para eles falarem mais...

Falaram, falaram, falaram... E depois expurguei aquilo tudo, comecei a mandar datilografar ao ministério; daí o meu conhecimento com a Florença, que depois foi minha secretária já no Instituto de Cinema. Foi uma excelente funcionária, ela conhecia-me desde esse tempo do Centro de Informação e Turismo. O Patraquim na altura estava a trabalhar, ele regressou comigo, ficou a trabalhar, como colunista na *Tribuna* e publicou uma pequena coisa – porque eu estava em ligação com ele, era fonte de informação para ele. Ele publica uma pequena notícia e eu tenho a primeira bronca com o ministro. Aí ele já não me tratou por Necas: “Américo, ouve, nós somos um governo em transição, nós ainda não mandamos nada, não vais falar do futuro coisa nenhuma, eu mandei-te estudar, estudar só, tu não vais fazer Instituto de Cinema nenhum, isso é depois”. Foi mais ou menos isto, as palavras não terão sido estas, mas sei que foram neste sentido. “Não é para divulgar agora, não falas com o Patraquim e nem com ninguém, isso é depois”. E eu bati a bola baixo, pois... Não foi por intenção, não era um ato...

### **DM – Subversivo...**

AS – Nem subversivo, nem coisa parecida, mas pronto... Fui advertido, de que não podia falar sobre o futuro, só e só do presente. Então, continuei a recolher informação de como é que se fazia, como não se fazia, como era a produção, os pequenos núcleos e dos pequenos produtores, desde a Telecine, ao Eurico Ferreira, ao Courinha Ramos. Comecei a ver o que tinha, mais ou menos, porque eu não tinha ideia nenhuma concreta. Comecei a tê-la. O diretor de informação, na altura, era um excelente elemento, era o Fernando Magalhães, era diretor de informação, eu estava diretamente dependente dele, não do ministro. Então, comecei a falar com ele, no CIT [Centro de Informação e Turismo], cá em baixo, por cima do Cine Teatro Avenida, em cima havia um gabinete do Centro Informação e Turismo.

### **DM – E o Courinha Ramos era também aí que...**

AS – Exatamente. Era tudo ali perto. Comecei a fazer o organigrama do futuro Instituto de Cinema e eu comecei a copiar muito a legislação que me pareceu mais concisa, que era até por sinal a legislação

portuguesa, especialmente nas fontes de financiamento, do próprio Instituto, que era o adicional ao preço do bilhete. Portanto, havia um adicional, que já não me recordo a percentagem, que o público pagava para que se pudesse fazer cinema, que ia diretamente para a produção. A minha ideia era criar cooperativas de produtores, isso não cheguei a concretizar, eram individualizados, eram financiados...

**DM – A Kanemo foi depois uma coisa parecida...**

**AS** – A Kanemo foi uma coisa assim, mas gastou-me muito dinheiro. E eu aí zanguiei-me com o Ruy Guerra. A Kanemo...

**DM – Então voltemos atrás a outras coisas primeiro.**

**AS** – No princípio foi planeado assim, há o adicional provavelmente vamos desnatar aqui umas verbas do orçamento geral do Estado, se calhar, se não calhar temos a economia financeira. Portanto, vamos fazer aquilo que pudermos com o dinheiro resultante deste adicional ao preço do bilhete, pelo menos para garantir o *Jornal de Atualidades*.

**DM – Os bilhetes subiam o preço, para poder financiar a produção?**

**AS** – Subiram ligeiramente.

**DM – E houve reclamações do público?**

**AS** – Não, não. Até porque o bilhete, nessa altura... Ir ao cinema era uma coisa que estava no sangue das pessoas. Era como, sei lá, ver televisão hoje. Ir ao cinema era um ato cultural, um ato de amizade.

**DM – E qual foi o impacto dessa medida?**

**AS** – Não era muito caro, só que estamos a falar de alguns milhões espectadores ano, que com grão a grão somados deu a alavanca-gem financeira capaz de aguentar com a montagem da estrutura de produção que o Instituto veio a ser.

Nós poderíamos ser uma escola de formação, na altura, para formar cooperativas ou não, mas de produtores independentes que quisessem fazer cinema, ou então, teríamos que fazer nós, e foi o que aconteceu.

Montámos laboratório, montámos salas de montagem, de edição, montámos o estúdio, fraquito, mas montámos. Não tínhamos a ideia de fazer nenhum cinema hollywoodesco, nada contra, mas o investimento não dava para tanto. Quando a Kanemo abriu, compraram uma grua, que eu fui contra, uma grua em Moçambique era demasiado, era um investimento muito pesado, mas nessa altura já não estava no Instituto, estava por fora... Dedicava-me à pesca, porque fui expurgado, fui saneado, do Instituto de Cinema posteriormente... Já passavam alguns anos e eu agora estou a misturar...

**DM – Não vamos saltar isto tudo, porque ainda falta todo o trabalho que fizeste lá.**

**AS –** Então, ajuda-me. Onde é que eu ia?

**DM – Fizeste a pesquisa das políticas e depois em que momento é que se cria o Instituto, propriamente?**

**AS –** Aí já é o Ministro Jorge Rebelo, era diretor do Departamento de Trabalho Ideológico da Frelimo e foi nomeado ministro. O Cabaço estava na ausência dele, era o ministro substituto, não sei se era vice-ministro, porque não havia essa figura, mas de qualquer modo era a pessoa que substituíu o Jorge Rebelo quando este estava ausente, por razões de partido ou fosse o que fosse.

Nessa altura, quando o Instituto nasce, nasce de um facto, nasce de um episódio absolutamente maravilhoso. Eu tinha feito o decreto-lei, a introdução, aqueles: “considerando que, considerando que, considerando que, determina-se que...” Eu fiz aquele patois todo, aquilo era nota introdutória, porque o cinema era realmente um veículo de comunicação fundamental para a criação do “homem novo”. Aquela conversa toda, que era necessária...

**DM – Sim...**

**AS** – Era necessário o enquadramento ideológico da legislação, que aprovava a criação de Instituto Nacional de Cinema com autonomia administrativa e financeira. Este documento previamente tinha sido analisado ao nível do Conselho de Ministros, pelo menos foi dado parecer; porque eu, na altura, pensava no Serviço Nacional de Cinema – e o Óscar Monteiro, homem de letras, mandou um despacho e foi-me dado conhecimento pelo Ministro Jorge Rebelo, mais ou menos com este teor: “dada a dimensão e a importância que o cinema pode vir a ter na sociedade futura não podemos dar”, opinião dele, “o Estatuto do Serviço, mas sim do Instituto”. E é a partir deste parecer, do Óscar Monteiro, que foi aceite pelo governo, na altura já governo, a criação do Instituto Nacional de Cinema.

**DM – Esse é um documento interessante. Deve estar nos serviços de documentação da Frelimo.**

**AS** – Deve estar, a Frelimo deve ter. Este parecer foi o que determinou a abertura, digamos, do meu ministério para aceitar que aquele era um documento bom e bastante, com as coordenadas que eu determinava e, ao mesmo tempo, criada a portaria que determina o adicional ao preço do bilhete, como forma de financiamento desta mesma instituição, mas o Instituto já estava a andar na Casa das Beiras. Subversivamente...

**DM – Quer dizer, vocês já tinham ocupado o espaço antes desse...**

**AS** – Sim, já. Antes de ser nacionalizado, por abandono.

**DM – Eu tenho curiosidade e creio que muitas pessoas terão. Porque é que foi aquele espaço, a Casa das Beiras?**

**AS** – O cinema indiretamente acabou por provocar um decreto-lei, ou lei, que nacionalizou todas as casas regionais portuguesas, em Moçambique.

**DM – Não foi ao contrário?**

**AS** – Não. Porque nós ocupámos a Casa das Beiras, porque eu achava que aquela é que tinha mais interesse – estava abandonada, a sua direção tinha ido para Portugal. Estava à deriva, e se estava à deriva, o que se esperava? Falei com arquiteto [José] Forjaz. E havia lá um construtor português que fazia pequenas obras e foi assim que começou o Instituto. E ele dizia-me assim: “há dinheiro, há obra”, textualmente disso, disso eu não me esqueço. O arquiteto Forjaz: “se não há dinheiro, eu não te posso fazer a obra”. Que era dividir aquilo tudo, um espaço que estava feito para uma outra atividade, para dividir aquilo por gabinetes. Partindo de um espaço que tinha sido criado para outras funções, eu estruturei o Instituto Nacional de Cinema em três grandes serviços: serviços administrativos, serviços de produção e serviços de exibição. E cada um deles com um chefe de serviço. E porquê? Porque os cinemas iam caindo, os cinemas físicos, as salas de cinema. A produção teria que começar a investir em máquinas e a administração tinha que mostrar essa porcaria toda. Este barco todo do Rovuma ao Maputo, mais o cinema móvel, que depois teve também o estatuto de serviço, embora não tinha sido por decreto; não tinha sido legislado assim, mas era tratado como isso.

O cinema móvel pela importância que tinha, porque era realmente fabuloso, era o serviço que eu mais gostava, em que nas minhas possíveis fugas, metia-me num carro e ia projetar o cinema para o povo.

**DM – O edifício Casa das Beiras?...**

**AS** – Nós ocupámos por abandono de terceiros. Quer dizer os que eram legítimos proprietários...

**DM** – Mas tinham ficado alguns funcionários? E ouvi dizer que algumas pessoas que ficaram no INC eram antigos funcionários da Casa das Beiras?

**AS** – Nós não íamos mandar as pessoas embora. Ficaram, mas não foram cineastas. Eram pessoas que trabalhavam lá. Eram contínuos, sei lá... Era pessoal que não iria ser, de certeza, o futuro do cinema em Moçambique, mas também não ias mandá-los embora. E quando cai o adicional... Ah, o Adriano Rodrigues, vice-governador do Banco de Moçambique, ainda o decreto-lei não tinha sido colocado, ousou emprestar 4.000 contos, não sei se era muito... Devia ser muito...

**DM** – Devia ser muito, na altura...

**AS** – Devia ser muito... É com isso que se começa a obra. [pausa] Foi no ministério, na sala de reuniões do ministério, que eu tive o primeiro contacto com Santiago Álvarez, cineasta cubano, o mestre do documentário. Ele deu-me uma orientação terrível: começa o cinema – na altura, era Serviço Nacional de Cinema, não formal, não escrito em diploma, mas era Serviço Nacional de Cinema –, ele disse-me: “não faças documentário, documenta a história do teu povo” [pausa – emocionada].

**DM** – Queres interromper?

**AS** – Não. Eu gosto deste sentimento. São momentos vividos, com tal intensidade, eu sou um felizardo!

**DM** – Marcaram muitíssimas pessoas. Não te marcaram só a ti.

**AS** – Marcaram-me e como consequência marcaram muita gente. Eu lembro-me perfeitamente de ter visto documentários dele, um deles, particularmente, era a minha fonte de inspiração para o cinema móvel. Que eles também tinham em Cuba. E há uma senhora, uma cubana, uma velhota, numa projecção de um Charlot, numa sala qualquer – eu adoro Charlot, o Chaplin para mim é o mestre dos mestres – a palpar o ecrã, essa imagem ficou-me retida.

Muitas vezes, quando ia para o meio do mato, no meu carro que a Suécia deu, porque os soviéticos, entretanto ofereceram uma data de carros de cinema móvel, só que aquilo estava preparado para a

Sibéria, quando apanhavam aquele calor africano, rebentavam todos. Vinham da RDA [República Democrática Alemã], não eram maus, a cavalo dado não se olha o dente. Aproveitei as máquinas todas porque os carros vinham equipados com as máquinas de projetar, aquilo eram máquinas maravilhosas. Os carros rebentavam, mas ainda fizeram muitos quilómetros. A gente ia para o meio do mato, sabes como é que a gente contava as pessoas? Primeiro era uma festa, porque naquele tempo não havia telemóvel, mas alguém longe da comunidade via-nos no cinema móvel e ia à aldeia e muito rapidamente a aldeia preparava a nossa receção, como um dia de festa.

E, então, eu pedi para eles contarem, para termos uma ideia de quantas pessoas eram, pedi para cortarem uma folhinha e pôr dentro de um cesto. Depois, nas horas vagas, íamos contar. Era a estatística [rindo], na altura a gente não tinha eletrónico, era uma estatística para saber quantas pessoas frequentavam o cinema móvel. Era o dinheiro mais bem investido, que eu fazia no INC. Não só pelo aproveitamento, como pela quantidade de pessoas que afetava. Assim como quando eu saía ao domingo, e via a cidade ser invadida por aqueles miúdos todos do Caniço para ir ver cinema no Scala... Há coisas que não tem... a alegria... só vendo... só vivendo... Eles desciam a Avenida Samora Machel, desciam ali na Câmara Municipal... no Conselho Municipal, desciam por ali, em bandos, bandos de pardais mesmo. Entravam no Scala... queriam era ver cinema! Oh pá... depois aturava o pessoal, porque eles faziam xixi... claro, eram crianças! Dava-me um gozo os domingos, o que eu fazia aos domingos era ver, ver a cidade totalmente invadida pelas crianças, totalmente invadida, os cinemas eram invadidos pelas crianças.

**DM – Aí já estamos nos anos 80?**

**AS –** Sim, sim, sim... Já estava o Instituto formado, consolidado, já era uma referência não só nacional, como internacional.

**DM – Isso é um facto importante. É que de repente Moçambique virou uma referência...**

**AS** – Transformou-se numa referência...

**DM** – Ainda há mais histórias. Fala um pouco do Simon...

**AS** – Simon Hartog. Isto é o que aconteceu. Um elemento a quem eu devo agradecer, e Moçambique deve-lhe muito na área do cinema, como é óbvio. Ele era cineasta, não realizador, era um homem do cinema. Sindicalista e estava ligado à agência... Eu não sei qual é o nome, agência de apoio britânica... Uma associação que apoiava os movimentos de libertação, particularmente o da Frelimo, porque havia qualquer relação entre a mulher de Eduardo Mondlane com uma britânica, deve ter sido por aí. Não sei essa história...

**DM** – Alguém terá que a investigar...

**AS** – Sim. Mas essa associação foi muito importante, em várias áreas e arranjou um elemento a quem eu devo muito, que é o Simon Hartog, que me ajudou muito na gestão do Instituto. Eu acho que sem ele, o Instituto não seria o que foi.

**DM** – Foi logo no princípio?

**AS** – Foi logo no princípio. Eu lembro-me de ver um homem com cabelo desarrumado, com a barba malfeita.

**DM** – Um hippie...

**AS** – Um hippie, um verdadeiro hippie. Desinteressado de coisas materiais, mas muito respeitador. Ele entrava no meu gabinete e dizia: “posso entrar, *my führer?*” [risos] na brincadeira. Era brincadeira, porque na verdade, eu trocava muitas confidências com ele... dos meus medos, meus receios com ele. Porque ele foi realmente muito angular, ele foi quem me mandou acautelar, isto durante uma visita, em trabalho, ele aconselhou-me a ter cuidado com a Polly Gaster. Eu estou a fazer uma declaração, vale o que vale, Polly Gaster está viva.

**DM – É para censurar, ou não?**

**AS** – Não, não, não. Eu sou livre, vivo num país livre, tenho a consciência tranquila.

**DM – Qual era o papel dela?**

**AS** – Ela era amiga da Pamela Rebelo, casada com Jorge Rebelo. Elas eram amigas. Trabalhavam na associação – nessa associação que não sei nome, era em Londres –, o Simon era amigo naturalmente, era britânico. Eram amigos pela afinidade, pelo mesmo país, era amigo da Polly. A Polly era muito amiga do Samora Machel, tinha muito poder escondido. Era muito amiga do aparelho, superestrutural.

**DM – Pois, porque essas pessoas da associação vieram apoiar a formação. Certo?**

**AS** – Exatamente, também. O Simon era mais da parte, digamos, de apoio e orientação à administração do próprio Instituto, teve um papel muito importante na escolha do formato, na escolha 35 mm ou 16 mm. Chegaremos lá, se o tempo der para isso... Absolutamente angular, importantíssimo para a história do cinema em Moçambique, naquela altura. Tive lá o Godard, com ideias que, na altura, eram totalmente revolucionárias, mas inadequadas, porque não havia meios ainda, eram muito caros, que eram o vídeo. Não é que ele não tivesse razão histórica, mas na altura não era viável. Eu não ia mudar as cabines de projeção que estavam montadas, não tinha como, e em todo país de norte a sul, eram muitas salas, não era um brinquedo. Todas elas a pingar, aquilo era muito dinheiro também. Era muito apetecível. Foi muito apetecível para muita gente. Mas seguraram-me até um certo ponto. Nunca ninguém me tentou subornar ou pedir alguma benesse. Foi é o financiador – isto é um orgulho meu, e aqui deixo registado, meu e dos contabilistas que eu tive de apoio; Dinis, que está aqui em Leiria, veio depois de acabar o contrato de cooperante, regressou a Portugal, e o Eduardo, que era moçambicano e que não sei qual é o paradeiro dele, que também era contabilista –,

nós fomos o primeiro Instituto, a primeira instituição governamental que fez relatório de contas, e que pagou os impostos ao Ministério das Finanças da República Popular de Moçambique.

**DM – Isso é mesmo motivo de um grande orgulho...**

**AS** – É. Tinha as coisas organizadas e tinha plano estratégico, isso é a minha mais valia, e o meu plano estratégico passava pela minha total independência das distribuidoras portuguesas, em relação àquilo que nós mostrávamos nas salas de espetáculos que foram sendo abandonadas e ocupadas pelo Instituto Nacional de Cinema. Contrariamente à corrente de alguns que queriam que governo nacionalizasse. Eu disse, “não, não, não façam isso...”

**DM – Como é que foi esse processo?**

**AS** – Esse processo não foi complicado. Porque foi logo percebido que eu tinha razão, porque conforme nós avançávamos, demasiado lentos, mas avançávamos no período revolucionário, foram feitas várias tentativas de reconversão industrial, reativação do aparelho produtivo do país, mas não ocorria o start-up, não ocorria, por razões... Ora não eram boicotes, mas também, não era a Renamo [Resistência Nacional Moçambicana], mas também, quer dizer, nada era favorável, era um conjunto de fatores, que sempre aconteceram. E, então, eu disse: “não se vai mexer no cinema”; eles acabam por ir embora, e nós temos que tomar conta, porque eles não levam os prédios, eles não levam as máquinas. A gente já tinha minado todos trabalhadores no sentido de ver se havia danificações. Os donos que detinham os cinemas pura e simplesmente apanhavam o avião e iam embora. Portanto, se iam embora, não prestavam contas, a sala ficava. Se a sala ficava, tinha que se tomar conta, porque se não era um problema. E eu ocupava. Por tanto, nunca houve a possibilidade de reclamarem posteriormente a indemnização por uma nacionalização. Não nacionalizamos nada. Foi por abandono. A Kinoecor foi a primeira. Caiu-me na mão o Scala. O Scala não vai existir? Não vai projetar filmes? Caiu-me na mão o filme dos Popovitch, dos irmãos Popovitch, acho que eram irmãos, jugoslavos, *Do Rovuma ao Maputo*, que é a entrada de Samora para a declaração

da independência. É nessa altura que me cai a primeira fonte de financiamento do cinema. Eram sessões contínuas, o filme parava. Entravam outros, continuávamos, continuávamos, não sei quantas sessões se faziam diariamente. E a bilheteira sempre a chover, chover, chover.... As pessoas queriam ver quem era Samora Machel, o povão, o povão da cidade, o povão do caniço, o povão da cidade cimento, o cooperante, o colono que queria saber o que se passava, ele não tinha televisão, ele não conhecia o aparelho, ele não conhecia a Frelimo, não conhecia o Samora! E é engraçado quantos sentimentos antagónicos aquele homem criou, de amor e ódio. Só os grandes é que conseguem isso! É amor ou ódio.

E *Do Rovuma ao Maputo*, o filme do jugoslavo caiu-me nas mãos, eu digo vamos projetar isto no cinema. Foi um fenómeno. Caiu tanto dinheiro, tanto dinheiro naquela bilheteira, foi o maior *blockbuster* de Moçambique, até hoje, foi o Samora. Aquele filme depois correu o cinema móvel, mas quando o presidente já era conhecido, o filme já não tinha mais nada, quer dizer, ficou só documento. Como filme não vale nada, é uma reportagem; somente havia curiosidade de saber quem era a pessoa, um ajudante de enfermeiro que era presidente da república, na altura ainda não era presidente, vinha a caminho, de Maputo, ele veio a percorrer todas as capitais de distrito.

**DM – Na altura era ainda só presidente da Frelimo?**

**AS –** Na altura era só presidente da Frelimo, precisamente.

**DM – A história do cinema foi feita com muitos contributos distintos...**

**AS –** Sim. O Santiago Alvarez, e muitos outros, os brasileiros Amorins, o homem que eu mandei para o meio do mato recolher contos, contos orais, e dei-lhe cobertura para o que ele ganhava, portanto, repara, o cinema era isso. Era o falecido Fernando Silva que fez as primeiras imagens dos *Kuxa Kanema*. O *Kuxa Kanema* nasce de uma cooperação entre a Universidade Eduardo Mondlane e nós. Porque nós tínhamos que arranjar um nome para o documentário, para o

jornal da atualidade... Porque havia os jornais de atualidades que já vinham do tempo colonial, assim como os bonecos animados, havia aquela tradição e depois havia um intervalinho e depois passava o filme. Como não havia televisão, estávamos sempre atualizados.

Ah, mas acho que dei um salto... Depois cortas e colas... O Instituto... Como foi a história do diploma que cria oficialmente o Instituto Nacional de Cinema; acho que devo contar, pelo caricato, pela graça e pelo quanto de revolucionário tem, quer dizer, pelo modo de ver revolucionário. A mim dão o diploma como aprovado pelo Ministro Jorge Rebelo, mas era preciso publicá-lo no Diário da República. Para que ele tivesse força de lei, tinha que ser assinado e tinha de ir pelos canais próprios... Mas era preciso recolher a assinatura do presidente, que estava na sala VIP do aeroporto à espera do voo que o levava a Moscovo, e eu consegui, através de um telefonema – não sei qual foi o mecanismo que usei, entre o Jorge Rebelo e alguém do gabinete do presidente –, a autorização para eu levar o diploma lá e ele assinar. No outro dia, era constituído o Instituto de Cinema, e o adicional ao preço do bilhete e tudo. E eu acho graça é que quando o Jorge Rebelo, vai ver o Instituto, ele já existia. Ele disse, “mas já existe, só faltava o documento!”. Foi um bocado revolucionário, portanto, nós fomos fazendo, conforme o arquiteto dizia: ficava bem assim, ficava mal assado e o técnico Eurico Ferreira a orientar a construção do laboratório, a sala de mistura de som...

**DM – Esse material foi todo adquirido, ou veio das empresas que havia?**

**AS –** Não, não. Foi todo adquirido já com a orientação do Simon Hartog, que fez os contactos. O Instituto de Cinema andou mais depressa que a revolução. No sentido de que aproveitou o que tinha, acrescentou, comprou e apareceu, nasceu antes de tempo.

**DM – Mas não foi precipitado?**

**AS –** Não, pelo contrário, eu queria era recuperar... O tempo para mim era a coisa mais importante. Era, e hoje ainda é. O tempo é uma

coisa que tu não podes mesmo voltar a trás. Ou é logo, ou é agora, ou nunca. Aproveita cada momento, porque não voltas a repeti-lo, quer dizer, isto é, um princípio básico que toda a gente se esquece a todo o momento. Por isso é que o Instituto nasceu, formou-se, foi fazendo a sua caminhada passo a passo, mas foi andando sempre. E foi andando, foi formando pessoas que depois, por uma razão ou por outra... Fazer análise já não tenho capacidade, porque, entretanto, saí de lá em 1981. Saí de Moçambique e regressei a Portugal, porque já não tinha condições para poder ficar. Foi algo, numa reunião perfeitamente inusitada, juntaram lá os trabalhadores do Instituto e o ministro resolveu que eu deveria ser saneado. E fui.

### **DM – Não foi dada nenhuma explicação?**

**AS** – Absolutamente nenhuma. Absolutamente nenhuma. Até hoje. Aliás, uma ocasião, em visita posterior que fiz a Moçambique, o meu amigo Luís Clemente, meu amigo de infância, levou-me a visitar o até então administrador do prédio 33 andares, que era o Jorge Rebelo, o ministro que me saneou. E ele recebeu-me, mas não falou do assunto, não falou de cinema, na sala dele do prédio de 33 andares, e eu falei com o Jorge Rebelo, mas não tocámos no assunto, nem eu perguntei, nem ele manifestou interesse. Ele não percebeu absolutamente nada, ou porque não quis, ou porque não tem capacidade para isso, ou porque não lhe convinha. Mas o que é facto é que ele me saneou numa forma que não se faz. Não se faz, não se faz, e quem não se sente não é de boa gente! Eu não fiz nada para merecer aquele trato, nunca aquele homem me tratou por camarada. É verdade que eu não andei aos tiros na Guerra Colonial, nem de um lado nem do outro...

### **DM – Se calhar havia alguma diferenciação...**

**AS** – Não faço a mínima ideia. Ainda hoje não sei – também já não me interessa com a idade que tenho –, mas o que é facto é que eu fui saneado injustamente sem saber o porquê, depois de ter feito esse trajeto todo. Ah... eu não andei aos tiros, não andei a lutar pela dependência do lado da Frelimo, mas andei a lutar pela Independência com inteligência.

E agora vou te contar a história de MPAA [Motion Pictures Association of America], que só eu e o Simon sabemos. O Simon já faleceu, portanto não vais lhe perguntar nada. Vale o que eu digo e alguns que saibam, que estarão vivos, por ventura. A história da independência dos cinemas em Moçambique, independência dos ecrãs como eu lhe chamava, o controle das exibições nas salas de cinema em Moçambique, passa primeiro pela criação de um sector que se chamava “Sector de Documentação e Informação de Cinema”. Quem liderava esse departamento era a Maria de Lourdes Torcato. E ela tinha por missão colecionar a informação que aparecia nas revistas, nos jornais ou no documentário, de documentos históricos, sobre as mais variadas coisas ligadas com o cinema.

Há dois momentos absolutamente importantes. O primeiro é que numa revista que agora não me recordo o nome... – eu também só tinha o recorte, ela dava-me isso todas as semanas, dava-me o recorte do que ela entendia por bem eu saber –, ela apresentou-me um pequeno artigo em que mencionava que o preço médio que o *royalty* que as distribuidoras portuguesas pagavam às produtoras ou detentoras dos direitos de exibição para os cinemas em Portugal era de 3.750 dólares. Preço médio, fora as cópias.

Bom, eu fixei-me nesse número. Era óbvio que, o que se passava em Moçambique, ou em Angola, ou na Guiné, ou em São Tomé, ou Cabo Verde por aí fora, não era, digamos, do domínio público das distribuidoras. Havia aquele contrato que era para Portugal, era para Portugal e o espaço ultramarino e, portanto, ficou assim, estava incluído. Bom, e foi com isso que eu quis começar a mexer. Aí, comecei a mexer com coisas sérias de muito dinheiro. Eu vim a Portugal, numa tentativa de aproximação, com o Tenente Coronel Luís Silva, o dono do grupo Lusomundo, distribuidor de filmes por tudo quanto é canto, detentor das melhores marcas, das melhores produtoras europeias e americanas; pessoa com muita capacidade intelectual e económica, com uma visão do negócio absolutamente incrível. Havia outros que pensavam que Moçambique ainda era uma província ultramarina, de faz de conta, que não tínhamos nada que dividir direitos e tal... O Tenente Coronel Luís Silva pura e simplesmente recebeu-me e disse-me: “vamos tentar não empolar os

preços com uma compra direta, mas uma compra em que eu vos garanto contrapartidas, nomeadamente cópias já legendadas a custo zero". Eh pá, ouve, foi realmente muito importante.

Lembro-me agora do caso – estou a fazer outro parêntesis – de um do animatógrafo do famoso homem do cinema português Cunha Telles, que me vendeu os direitos para Moçambique, de uma série de filmes do Cinema Novo Brasileiro, vários nomes e muitos filmes, e foi o que alimentou o Scala durante muito tempo. Os filmes vieram, tudo tranquilo, a transferência foi feita, dos primeiros 4.000 contos que o banco de Moçambique emprestou ao Ministério da Informação, ao SNC [Serviço Nacional de Cinema] que não existia ainda sob o ponto de vista legal. Mas mais tarde isso acabava, as pessoas já estavam fartas de ver os mesmos filmes. Era preciso alimentar as salas. E, então, eu pretendia a descolonização das telas.

Bom, mas como a gente chega ao *mister* Gronnig, um velhote que deve estar morto, pela idade que eu tenho hoje e pela idade que tinha quando eu falei com ele, no Hotel Carlton em Cannes, eu e o Simon Hartog. Foi a primeira vez que vi topless na minha vida, na praia de Cannes [risos].

### **DM – Vocês iam ao festival, ou iam para o encontro?**

**AS** – Não, não. Nós aproveitámos o encontro. Fizemos uma estratégia. Foi tentar dar uma ideia de honestidade, de transparência, de rigor, no sentido de comunicar uma rusga, que se fez às diferentes distribuidoras pela própria polícia política, chefiada por um elemento do SNASP [Serviço Nacional de Segurança Popular]<sup>2</sup> para ver se detetávamos cópias de filmes, e depois perguntar às instituições dos diferentes países, se tinham sido adquiridos os direitos para território nacional daqueles filmes.

Depois dessa rusga, detetámos, nessa recolha dos filmes que existiam, um filme colocado por nós – de propósito, batota, mas

---

<sup>2</sup> Foi um serviço paramilitar e de inteligência do governo de Moçambique, desde a independência, em 1975, até 1991, quando foi substituído pelo Serviço de Informações e Segurança do Estado.

na revolução vale tudo –, que era o *Jaws* (O Tubarão) de Steven Spielberg, bestseller da altura, em 16 milímetros, vinha da África do Sul. E era o distribuidor, disse “oh pá, foi apanhado tudo e mandámos”. O Simon manda um telex para a MPAA, atenção que eles têm muito poder, nesse mesmo telex que é toda documentação e informação de cinema – aquela notícia dos 3.750 dólares, preço médio de *royalties*, havia uma outra que a Maria de Lourdes me enviou, que era o seguinte: “começou-se a falar na altura do desbloqueio económico a Cuba”, e a MPAA veio logo dizer – “atenção, quando vocês fizerem o desbloqueio, nós vamos apresentar a conta dos filmes que pirateiam, que andam a piratear para as salas de cinema de Havana, e não só, para Cuba”. Aquilo chamou-me a atenção. Combinei com o Simon e fizemos a operação. Mandámos um telex, para a MPAA, e para o Impex, e para a Índia também, a dizer: “temos estes filmes, porque tinham muitas cópias, sem direitos”. Não mandámos para Hong Kong porque nem sabíamos do mercado do kung fu, muito, muito, muito do agrado das populações, mas aquele telex foi para a MPAA e caiu como uma bomba... “Temos estes títulos, queríamos saber se isto tem direitos para exibição”. Da América mandam-nos um telex de resposta, com um louvor imenso, um agradecimento imenso, a dizerem “por favor destruam as cópias, porque nós confiamos em vocês, o que precisarem de nós, digam”. Não sei o texto exato, não sei se está arquivado, se não está arquivado, mas esse documento existe. Pelo menos existiu. E estava bem arquivado. Marcámos um encontro no Festival de Cannes, onde deveria estar um representante, o vice-presidente da MPAA, o tal senhor Gronnig. E eu vou para a reunião, no Hotel Carlton, eu era um putozito, caladito, o Simon falava inglês e tal, apresentava, explicava que nós precisávamos de ter direitos de cinema americano, e ele não levantava os olhos da secretária dele, o velhote. Porque aquilo realmente não valia nada, para eles, aquilo não pagava os charutos que ele gastava num ano... Aquilo para ele não tinha interesse. O Simon estava a dar a coisa como perdida, aí falei eu – aí desculpa lá, não é vaidade, é mesmo verdade, não é vaidade, é verdade – as palavras não vou lembrar de certeza. Mas a ideia do que eu disse é esta: “eu estou a ser invadido pelo cinema indiano e cinema feito em Hong Kong, quero equilibrar isto com o cinema feito pelo resto do mundo, especialmente o americano e europeu, agora diga-me o que é que eu posso fazer?” Aquele homem levantou os olhos,

porque ouviu algo diferente e à velha maneira americana, disse: “vamos ter negócio”... A partir daí acabou a reunião, para o americano é assim um, dois, três, já está; ele percebeu onde eu queria chegar. Para ti não conta nada porque é mais dólar menos dólar, e o Gronnig disse, “esse gajo tem razão, vamos arranjar aqui uma forma de equilibrar isto”, porque é na costa do Índico, atenção é do outro lado do mundo, vamos lá ter uns cinemazitos nossos. Através destes senhores vamos vender mais umas Levis e mais umas Coca-colas, que é essa a ideia vender publicidade gratuita, ainda por cima, pagam pela publicidade, porreiro! E deu ordens para desbloquear, então passou a vender-nos direitos diretamente para Moçambique, através da Lusomundo. Ou seja, nós tínhamos feito um acordo no João Padeiro em Cascais – eu, Samuel Matola, o Tenente Coronel Luís Silva, e o Zé Fonseca e Costa, o cineasta de Kilas [O Mau da Fita], éramos testemunhas dessa reunião, em que eu pretendia, que os filmes viessem de Portugal legendados, nos aviões da TAP [Transportes Aéreos Portugueses], que era para me poupar a mim ter que legendá-los. Com cópias que tiravam para exibição aqui em Lisboa, Porto e por aí fora, a cópia que vinha para nós era novinha e ficava lá. Esta brincadeira não custou nada, só custou inteligência... É por isso que eu digo, eu não andei aos tiros, primeiro, porque me ofereci para ir incorporar os quadros da Frelimo, atravesssei a Europa – isto é um bocado de raiva – e fui recebido por um elemento que me disse literalmente, não me disse com frieza, mas disse “eh pá, nós não temos lugar para ti”. Conosco ia a Amélia, hoje casada com Luís Souto, também minha amiga de infância, foi incorporada e foi para Nachingueia para o treino político-militar, e nós ficamos até que se deu o golpe de Estado, mas eu fui lá para me incorporar na Frelimo.

**DM – Mas essa reação foi puramente por razões físicas?**

**AS –** Por razões físicas.

**DM – Então, mas há mais trabalho a fazer...**

**AS –** Mas isso... O que interessava naquela altura era gente para dar tiros. E eu dei tiros à minha maneira, não sou menos revolucionário

do que qualquer um daqueles revolucionários que pegaram nas kalashnikovs e andaram a disparar tiros. Eu fiz o meu papel na revolução e por isso tenho a minha cabeça em cima dos ombros, bem firme e consciente do que fiz, com consciência de que fiz um bom trabalho, que me honro de ter feito, e que deixei muitas pessoas amigas e merecedoras. Não devo nada a ninguém e nem à minha própria consciência. Só não pude continuar porque lamentavelmente já não tinha condições. Aí o Jorge Rebelo convida-me para voltar para a rádio. Eu disse: “oh, chega, não faz sentido, só porque eu já fui locutor na Rádio Suécia, porque você não conseguiu me segurar aqui, nem sei qual foi a razão, nem me interessa, agora vou voltar para ler noticiários? Não. Eu vou me dedicar à pesca e à atividade desportiva”.

Estou cá, estou vivo, com muita força de continuar a trabalhar, a fazer muitas coisas. Cinema nunca quis fazer, mas respeito quem faz. Só quis fazer cinema quando era jovem adolescente, e tenho uma imagem – essa deixa-me falar dela – que é, eu próprio, sentado no banco de jardim, a virar-me para o encosto do banco e encontrar-me no plano muito aproximado a cara da minha amada. Nunca consegui passar isso a celuloide.

## Agradecimentos

Eu, Diana, agradeço ao próprio (Américo Soares, 1952–2021), o facto de ter partilhado connosco este pedaço de história.